

Abordagem policial militar no contexto etnicorracial

Jamil Amorim de Queiróz

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa detalhada sobre abordagens policiais e relações etnicorraciais: um estudo sobre concepções, saberes e práticas de policiais militares de Mato Grosso, e tem como objetivo analisar a prática das abordagens operacionais da Polícia Militar enfatizando as relações verbais, sociais e físicas durante as operações realizadas, seja do ponto de vista preventivo ou repressivo. O artigo trabalha com dados extraídos de vinte questionários realizados com policiais de duas unidades, uma de Cuiabá-MT e outra de Várzea Grande-MT. Utilizando os discursos, foi possível caracterizar evidências de práticas preconceituosas e discriminatórias. Na polícia ostensiva a característica do sujeito a ser abordado é descrito como homem de pele escura, tatuagens, normalmente de classe baixa.

Palavras-chave: Polícia militar. Abordagem policial. Preconceito racial.

Introdução

A pesquisa busca compreender como os policiais militares percebem suas práticas nas abordagens quando se dirigem ao cidadão negro ou branco. A análise do estudo é para responder a seguinte questão: as abordagens operacionais da polícia militar do Estado de Mato Grosso na contextualização etnicorracial são práticas com respeito à dignidade da pessoa humana?

Este estudo tem o caráter etnográfico e no percurso metodológico foram utilizados como coletas de dados questionários, e, tem como técnica de análise de dados a análise de conteúdo.

A polícia sempre foi pensada como instrumento de controle, envolvendo forças políticas e sociais que a colocam como força subsumida de expressões partidárias ou poder armado de uma classe dominante para a cristalização de uma ordem social.

As abordagens policiais são práticas respaldadas pelo poder de polícia, e utilizadas preventiva e repressivamente para o cumprimento e desenvolvimento da missão constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Polícia militar e sua função de abordagem operacional

A figura do Estado tem como atributo a vigilância dos indivíduos e da massa. Elias (1994) contribui asseverando que o monopólio da força física diminui o receio de um homem para outro. Esse domínio é necessário para manutenção do controle, nesse viés, Foucault (1999) apresenta a disciplina como instrumento adestrador. Althusser (2003) define que a formação social é resultado de um modo de produção dominante. Daí, o Estado é o aparelho repressivo do próprio Estado; o poder é o que se busca e que se aplica na intenção de mantê-lo.

À medida que o Estado possui o monopólio da força, cria mecanismos de controle, disciplina os indivíduos, se constituindo como aparelho repressivo do próprio Estado. Dessa forma, surge a necessidade de estabelecer mecanismos de sujeição. Portanto, a polícia militar com sua prática de abordagem torna-se necessária nesse contexto.

A ideia de polícia no Brasil nasceu em 1530 quando D. João III resolveu adotar o sistema de capitâneas hereditárias, outorgando a Martins Afonso de Souza uma carta régia para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse (AZKOUL, 1998).

Sodré (2010) afirma que nessa direção o poder metropolitano se processa na segurança, com a criação das Ordenanças, das Milícias e das tropas regulares que ocupavam funções militares. Essas estruturas militares foram necessárias para preservação da ordem interna e responder aos interesses da coroa. Mais tarde criam-se as Guardas Municipais que são apresentadas como força auxiliar do exército. E por final criou-se a guarda nacional com as mesmas características do exército, subordinada às câmaras municipais, aos juizes de paz, às listas eleitorais.

Com a proclamação da República do Brasil as velhas oligarquias manifestaram os seus anseios pelo poder. A jovem República manifestaria um de seus aspectos mais marcantes que foi a militarização das polícias estaduais, fortalecendo o controle através da estratégia de abordagem de cidadãos.

A Constituição brasileira/1988 atribui à segurança o direito social e dedica a esse assunto um capítulo intitulado “DA SEGURANÇA PÚBLICA”. No tocante às Polícias Militares (art. 144, inciso V), estabelece sua competência para a execução da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Para que a Polícia Militar cumpra sua missão constitucional seria necessário que seus agentes tivessem poderes especiais para agir em nome do Estado, impondo normas e comportamentos. E isto é o que se denomina Poder de Polícia.

A doutrina conceitua com riqueza o poder de polícia:

Poder de Polícia é a causa, o fundamento; a polícia é a sua consequência. O poder de Polícia é algo *impotentia*, traduzindo *in actu*, pela ação policial. Poder de Polícia é a faculdade discricionária da administração, de dentro da Lei, limitar a liberdade individual em prol do interesse coletivo (CRETELLA JÚNIOR apud BONI, 2006, p. 632-633).

O Poder de Polícia nas Polícias Militares foi ampliado pela Constituição vigente no campo de atuação ao lhe atribuir o poder de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Dessa forma, as abordagens policiais tornam-se práticas respaldadas no poder de polícia, e deveriam ser utilizadas preventiva e repressivamente pelos integrantes das polícias militares para o cumprimento e desenvolvimento da missão constitucional.

Conforme Bicalho (2005), as normas não garantem a prática, pois nas ações policiais ainda se observam a valorização do grupo de pertencimento, das táticas militares e de "combate". Portanto, a aplicação das funções de polícia tem mantido as características tradicionais.

Ainda, conforme o autor acima citado é indispensável compreender o aparecimento de práticas policiais arbitrárias que insurgem contra quem é considerado ameaçador ou perigoso (pobres, negros, homoafetivos, entre outros). Nesse contexto, caberia à polícia coibir com base em construção de suposta dicotomia entre ordem e desordem, bom e mau, a partir da lógica argumentativa de que os indesejáveis colocam em risco a segurança de todos os cidadãos. É importante ressaltar que há policiais que desempenham a função com seriedade. Assim, Foucault (1995) afirma que as relações de poder permitem que surjam umas e não outras maneiras de ser policial.

Procedimentos metodológicos

O estudo é de caráter etnográfico, a pesquisa está centrada nas práticas e ambientes de ações policiais, com vista a cumprir os objetivos delineados na pesquisa. Neste recorte utilizaremos as informações levantadas por meio de questionário realizado com vinte policiais militares que exercem a função operacional com ações de abordagens. As perguntas do questionário pretenderam esclarecer questões essenciais sobre aspectos decisórios na escolha do sujeito a ser abordado. Assim, os questionários foram realizados com 10 policiais militares que atuam em Cuiabá-MT e 10 em Várzea Grande-MT.

I – Em Cuiabá, os policiais militares foram convidados a responderem o questionário, antes de assumirem seus postos no policiamento ostensivo, na própria unidade.

Os entrevistados foram aqueles que se prontificaram a participar em seus respectivos horários de trabalho, sendo alguns das 06h30min e outros do grupo das 18h30min.

II – Em Várzea Grande, os procedimentos foram nos mesmos moldes em relação ao primeiro grupo, também foram convidados horas antes de assumirem seus postos de trabalho, neste caso, os questionários começaram a ser respondidos às 14h00min.

A disponibilidade para a aplicação do questionário foi assegurada pela marcação prévia com os comandantes de unidades, e repassados aos pesquisados, e, os procedimentos de preenchimento foram de modo individual. Também foi dito sobre a confidencialidade do teor das informações, sendo que seriam apresentadas de forma codificada por um sistema numérico (01, 02, 03... 10, 11, 20) mantendo assim o anonimato dos autores das afirmações.

O tempo de duração da aplicação do questionário apresentou uma variação que oscilou entre 20 a 35 minutos, dependendo dos respondentes que, de acordo com o tempo, e abertura para o diálogo, desenvolveram o discurso.

As respostas dos questionários foram reescritas nas fichas de anotações, para posterior análise. As fichas foram elaboradas à medida que os questionários foram sendo entregues. Este registro permitiu que a totalidade da informação fosse utilizada e convertida em dados de interesse para a análise de conteúdo.

O modo processual de análise de conteúdo fundamenta-se em autores como Bardin (2010), Franco (2001) e Triviños (2005) que apresentam propostas de conversão dos dados recolhidos para a decodificação dos dados contidos no discurso.

Após a construção de um *corpus* de análise e definição de categorias. O material empírico se constitui em elementos-chave do código do analista. Procurou-se identificar os indicadores que fomentam uma organização estrutural do discurso, conduzindo à explicitação sistematizada do conteúdo das mensagens focalizadas na dedução lógico-interpretativa dos dados escritos, originando uma análise temática e categorizada, determinadas por ligação semântica.

Respostas dos Participantes

Concebidas para esclarecer de uma forma mais lúcida as práticas de abordagens policiais, os questionários permitem apreender opiniões e concepções que, de outro modo, não seria possível de atingir sem o recurso ao questionamento. Esta possibilidade, de caráter naturalista, tem a pretensão de criar um ambiente informal e, ao mesmo tempo, de diálogo

livre entre pesquisador e participantes. Com o olhar analítico nestas perspectivas verificamos algumas características dos entrevistados (Quadro 01):

Quadro 01

Características dos entrevistados

<i>Média de idade entre 31,50;</i> <i>Prevalece o ensino superior;</i> <i>Prevalece a religião católica;</i> <i>Prevalece a cor parda;</i> <i>Atitude forense como prática de ação social;</i> <i>Dúvidas na habilidade de abordagem;</i> <i>A prioridade é a segurança do policial;</i>
--

Fonte: Pesquisadores

Estratégia de análise

O contexto das abordagens policiais militares aparece expresso discursivamente pelos componentes. É no sentido de verificar a prática dessas ações policiais que deverá reconstruir e adaptar às necessidades reais dessa relação social com os cidadãos.

A atuação de policiais militares baseadas na prática cotidiana inserida no contexto da pesquisa apresenta a dimensão de análise. Assim a tarefa mais premente na organização do estudo fica dividida em quatro dimensões: I – Reflexão sobre a importância de ser policial; II – Reflexão sobre estrutura de poder de polícia; III – Reflexão sobre prática de abordagem policial; IV – Reflexão sobre preconceito/discriminação ou estereótipo racista.

Na primeira dimensão de análise, a importância de ser policial militar em sua construção profissional deve assegurar o bem estar da sociedade. Na segunda dimensão as ideias enunciadas pelos policiais são a discricionariedade, a coerção, isto é, o agir policial em seu cotidiano. Na terceira dimensão, são expressos os entendimentos relativos às ações policiais, isto é, os atos contidos na abordagem. Na quarta dimensão, predomina a ideia de legitimação das ações, independente se for equivoco ou não.

Cada dimensão contém temas com diferentes categorias e subcategorias expressas por indicadores determinados pela sua frequência para o número de vinte convidados em cada tema. Assim, na primeira dimensão, abrange o tema I; na segunda dimensão, a frequência de indicadores no tema II; a terceira dimensão circunscreve o tema III seguida a quarta dimensão, com os temas IV e V.

Na questão que segue são apresentadas as dimensões de análise, temas e indicadores em três colunas (Quadro 02): a da esquerda refere-se às dimensões de análise representativas

da globalidade dos temas envolventes; na coluna do meio surgem os temas enquadrados nas dimensões anteriores e na coluna da direita enumeram-se os indicadores cuja frequência apresentada foi determinada em função do número de participantes, assim como o número máximo de indicadores para cada tema.

Quadro 02

Identificação de necessidades no contexto operacional

Dimensão	Temas	Indicadores
I – Reflexão sobre a importância de ser policial;	I - Identificação de necessidades e finalidades da concepção de ser policial militar;	15/20
II – Reflexão sobre estrutura de poder de polícia;	II – Conceitualização e operacionalização do processo democrático nas ações policiais;	14/20
III – Reflexão sobre prática de abordagem policial;	III – Reconstruções nas técnicas de abordagem policial;	11/20
IV – Reflexão sobre preconceito/ discriminação ou estereótipo racista.	IV - Necessidades práticas de relações etnicorraciais; V – Reestruturação na prática profissional.	15/20

Fonte: Pesquisadores

A análise sobre abordagem policial militar conforme às suas concepções, escolhas e dificuldades sentidas no domínio da corporação onde o processo se desenvolve em torno da especificidade da função de abordar. Neste contexto cada um relata as suas percepções, às crenças sentidas, o dever de realizar sua função técnica profissional para si e para a sociedade.

Reflexão sobre a importância de ser policial militar

A primeira dimensão de análise incide nas concepções sobre o significado, a importância de ser policial militar, cuja visão norteia-se, pela linha da imaginação que, em conformidade com o discurso, estabelece as finalidades com a questão de protetor policial

militar. As considerações e expressões dos componentes caracterizam o contexto *heroico* do ser policial e, nesse sentido, definem características desse ator que obtiveram.

Ficam expressos, que essa importância *mítica* está presente na expectativa do policial militar, isto é, nas atividades do policiamento onde expressam esse *heroísmo militar*: *Ser participante da sociedade (01); Servir e proteger a sociedade legitimado no que preceitua o art. 144 da CF/88 (02); resguardar a segurança do cidadão (04); É ser um servidor público diferenciado. Cumpridor dos seus deveres, honesto, sabedor de suas obrigações (05); Zelar pela ordem pública (07); Dedicção total a manutenção da ordem (08); Herói (11); Defender a sociedade, servindo e protegendo (12); É servir e proteger a sociedade, ser motivo de orgulho para a família [...] (13); Alguém pronto para ajudar o próximo (14); Minha vida (15); É a função primordial em se colocar a disposição para servir a comunidade/sociedade (17).*

Alguns policiais consideram que a importância policial relativa à atitude na abordagem tem grande relevância e, como tal, mantém esses valores, de modo que os policiais utilizam esse valor em sua prática cotidiana.

Valores verbalizados que ressaltam os arquétipos da postura tradicional, de individualização, sem expressão democrática. *É importante, pois é onde se desenvolve as ações preventivas de segurança pública (04); Combate a criminalidade bem como inibição do crime propriamente dito (06); Evitar que o crime aconteça (08); Fundamental para manter a ordem pública (09); Importantíssimo para a manutenção da ordem (12); Combater a criminalidade de frente, com o policiamento ostensivo, para dar sensação de segurança e proteger a sociedade (13); Fundamental ao funcionamento da sociedade (15); Ostensividade e repressão quando necessário (16);*

Centrados na prática militarista, a construção de práticas flexíveis dificulta aberturas sociais e profissionais democráticas que deveriam proporcionar interações equilibradas com a sociedade no estado democrático de direito. As afirmações dos participantes deixam claro da necessidade de apreender outras maneiras de vivenciar o ser policial.

Reflexão sobre estrutura de poder de polícia.

Nesta segunda dimensão, o discurso dos participantes passa a ideia de reprodução do grupo de pertencimento. A abordagem deve ser realizada, pois, a normativa exige que o Estado represente o aparelho repressivo; o poder normativo é o que prevalece, e enquanto aparelho de estado deve ocorrer a preservação da ordem pública, diante disso: *Todos são*

suspeitos até que se prove o contrário (04); Estar muito tempo parado em um local, várias roupas, estar de cabeça baixa (05); Pessoas que demonstram nervosismo ao ver um policial ou viatura (09); Nervoso, agitado ao ver a viatura (10); Geralmente anda em dupla, várias tatuagens pelo corpo, boné tampando o rosto [...] (12); Verbalização (18);

Os policiais militares em seus discursos demonstram que são *programados* para pensar e agir uniforme, e partilha de certo *espírito de corpo*, condicionado pelo modelo militar. Nas abordagens surgem códigos que permitem as ações pela transmissão enfática da via técnica, no entanto, esse código revela uma ação que não coaduna com a sociedade democrática. *Conforme a prática operacional padrão manifesta na organização PMMT (02); As técnicas (06); Arma em punho (11); Técnicas de abordagem policial (13); Técnicas e procedimentos determinados (13); Segundo os preceitos do POP (14); Com supremacia de força, ou seja, se tiver dois suspeitos tem que ter o dobro de policiais (16); As técnicas de formação juntamente com a legislação (17).*

Diante da ênfase forense para justificar a abordagem policial acontece uma relação entre Estado e sociedade pelo automatismo profissional que têm por função sustentar a prática nos momentos das ações policiais, neste caso, dispensando o ato de pensar. Essa entonação fica explícita nas vozes que transmitem os seguintes axiomas: *Fundada suspeita (02), (12), (13), (14), (15), (16), (18); A abordagem deve ser vista como uma forma de preservação do estado democrático de direito (11); Obediência a legislação (12);*

A abordagem policial fica expressa no Poder de Polícia que autoriza a administração pública a exercer atos coercitivos que sem o devido cuidado podem levar à arbitrariedade, ao abuso de poder, ao abuso de autoridade, mesmo assim os participantes a utilizam fortemente em suas ações, sem questionamentos.

Reflexão sobre prática de abordagem policial

A terceira dimensão é verificar a abordagem policial, fato primordial no desenvolvimento da atividade das instituições policiais. A abordagem, por si só, provoca reações no cidadão, nos espectadores do ato e, eventualmente, na corporação policial. Dessa forma, a abordagem policial deve ser correta, com respeito aos direitos dos cidadãos, além de sua função social.

Conforme os participantes ficam evidência e necessidades à reconstrução da prática em abordagem policial, já que é uma ação necessária, sobretudo, para delinear as atitudes sociais e profissionais que devem prosseguir ao longo da carreira, e essa caminhada deve ser

retomada por uma vertente humanística. Dizem os participantes: *É importante, pois é onde se desenvolve as ações preventivas de segurança pública (04); A inibição de roubos, furtos e outros crimes (05); Evitar que o crime aconteça (06); Promover a sensação de segurança (08); Garantir a ordem pública, prevenir crimes (09).*

Neste contexto a prática de abordagem policial deveria ser como órgãos públicos para minimizar a iniquidade gerada pelos desequilíbrios sociais; não reproduzi-la ou ampliá-la. Nesta perspectiva há um distanciamento entre polícia e sociedade.

As práticas democráticas constituem como premissa fundamental a qualidade das ações policiais militares. A atividade de abordagem deveria resultar em contributos verdadeiramente eficazes no tratamento com a sociedade. Porém, o discurso é: *Colocar o suspeito em posição desconfortável (12); No mínimo estar em dois PMs, estar de posse de todos os equipamentos de segurança (colete balístico, etc.) (14); Que dê segurança ao policial (15); No momento em que ele estiver distraído ou em posição desfavorável (16); Sempre prezando pela segurança da guarnição (17); De surpresa, de forma inesperada (18).*

O entendimento sobre abordagem policial possui a percepção que a polícia militar está alicerçada pela legalidade e amparada pela preservação da ordem pública. Daí, que o cidadão que sofre a ação policial não têm importância.

Reflexão sobre preconceito/discriminação ou estereótipo racista

Na quarta dimensão, os participantes declaram que nas relações profissionais o racismo é velado, mas presentes nas abordagens policiais, essa percepção fica visível quando: *Não sou racista, mas acho que os negros tiveram menos oportunidades na sociedade (01); O negro é a maior camada do fazer classe social, mas nem por isso já é um suspeito. O que determina o suspeito é o seu modo de agir (04); Para mim a cor não influencia, no entanto para a maioria dos companheiros de profissão vê que a cor influencia (05); A cor não influencia, pois a cor nada mais é que racismo, mas quando fala de segurança pública isso foge da realidade (06); Por mim, a cor não influencia (10); O que determina esse perfil é o local onde o suspeito está, porém há uma visão de suspeito da cor preta e mal vestida (11); Infelizmente é uma cultura que indica não, mas qualquer um pode ser suspeito, independente da cor, mas influencia mais a cor negra (17).*

A abordagem policial ao sujeito negro ocorre independente das normas e regras escritas, mas por hábitos preconceituosos presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais.

Às pessoas (negras, mal vestidas, etc.) as ações são sempre mais rigorosas. As características para abordar um suspeito são, apesar de não exclusiva, fortemente associados à classe social e à raça dos sujeitos, isso fica patente no discurso dos participantes: *Sim, nós carregamos um estigma de que a cor influencia no caráter (01); De cor, sem qualificação educacional ou profissional (02); Roupas que vestem (03); Situação social, no entanto devemos tomar cuidado ao analisar, pois sabemos que os mais favorecidos também cometem crimes (5); Mal vestida, andar, vestir, etc. (09); Qual estiver em situação menos privilegiada (10); Sim, a cor influencia (12); Classe média baixa, entre 12 e 30 anos (13); Sim, vivemos num país racista (14); Magro, moreno, orelhudo (em geral); gordo/forte, branco, boa pinta (raramente) (16); Chama a atenção como suspeito roupas e tatuagens (18); Homem, jovem, magro de pele escura (19);*

Nos questionários os discursos em relação à abordagem policial ser preconceituoso/discriminatória fica visível quando seleciona o suspeito com base em estereótipos que têm na cor da pele e nas roupas como princípios de delituosos.

No contexto das abordagens operacionais, o enfoque sobre os modos de abordar, aparece exposto discursivamente pelos componentes (Quadro 3). É no sentido da reconstrução da prática de abordagem que devem rediscutir e adaptar às dificuldades dos seus participantes, autoridade policial e ações democráticas na relação Estado/sociedade.

Quadro 03

Recorte das unidades de registro

Categorização do discurso	Unidade de registro/contexto
Dificuldades dos participantes	<p><i>Na abordagem policial o participante leva em conta o aprendizado na formação: técnicas (02), (04), (07), (11), (13); formação profissional (15); Técnicas e prática (18).</i></p> <p><i>Ao ser indagado sobre os recursos da formação para assegurar a abordagem adequada: não (02), (04), (07), (11), (13); nem sempre (15); Não (18).</i></p> <p><i>Baixa renda (05); somente por amor a profissão, pois sabemos que não tem valor lá fora (08); profissão complexa e ingrata (17).</i></p>
Autoridade policial	<p><i>Levar em conta o momento e local para se abordar (02); [...] mas, segurança pública é um dever do Estado [...] (03); Todos são suspeitos[...] até que se prove o contrário (05); abordar fazendo surpresa (10); Arma em punho (11); atitudes do indivíduo (13); A abordagem [...] é uma forma de preservação do estado democrático de direito (14); O instinto de ser policial (14); O jeito de ser policial (16); A reação das pessoas (17); Jeito de ser misturada com as técnicas (19); O</i></p>

	<i>tirocínio policial (20).</i>
Práticas policiais democráticas	<i>As atitudes da pessoa fazem ser abordadas (03); Primeiro estar sempre em supremacia da força, fazendo a segurança de todos [...] na abordagem procurar ser enérgico, firme [...] (10); Combater a criminalidade de frente [...] para dar sensação de segurança [...] (11); [...] Às vezes ser humilhado e desrespeitado por algum superior (12); Reprimir os infratores da lei (criminosos) (15); [...] usuário de drogas (16); Não existe democracia na polícia (16); Profissão complexa e ingrata (18); Reprimir, prevenir o crime (18); Fazendo valer o elemento surpresa (19).</i>

Fonte: Pesquisadores

Considerações finais

No percurso desta pesquisa pretende-se analisar a prática de abordagem policial militar através das percepções dos participantes do estudo. É também legítimo considerar aspectos históricos da instituição e dos indivíduos que a compõem, na medida em que decorrem da experiência institucional e pessoal e, ainda, das características e expectativas dos policiais militares.

A prática policial está alicerçada na promoção dos valores e atitudes, pelos princípios do grupo de pertencimento. A perspectiva dos participantes é um estereótipo sobre abordagem policial. Esta preocupação reflete na ótica da preservação da ordem pública que é referida no discurso dos convidados. As atitudes policiais militares são caracterizadas por uma ideologia incongruente que atravessa as configurações democráticas, conferindo-lhes uma lógica identitária militarista no decorrer das reflexões.

Os participantes no estudo reforçam a natureza da abordagem, valorizando a competência forense. As áreas consideradas relevantes para a ação policial nas práticas cotidianas são a preservação da ordem pública, a forma de abordar e a tipificação dos sujeitos a serem abordados.

As concepções dos participantes nos permitem a afirmação de que ainda é de inspiração estereotipada a prática policial, nesse prisma, vale salientar que a ação policial

constitui-se em caráter subjetivo e, portanto, carregada de valores equivocados. As circunstâncias mais comuns nas práticas de abordagens se configuram em:

a) Primazia do policial - o policial tem de estar apto a cumprir seu dever de aplicação da lei. Poder e autoridade estão relacionados, a detenção e uso da força e da arma de fogo. b) Utilidade do poder de polícia - Na expressão poder de polícia está compreendido o exercício do poder do Estado sobre as pessoas e as coisas para atender ao interesse público. c) A legitimidade da prática de abordagem - qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, pode ser parado(a) e revistado(a) em uma ação policial rotineira ou especial de prevenção da criminalidade. d) Ações preconceituosas e discriminatórias - O preconceito racial constitui uma violência que, muitas vezes, não apresenta a visibilidade necessária para ser identificada. E quando o preconceito é tomado como pretexto de julgamento fica mais complicado, pois, a prática de abordagem policial não se interrompe.

Portanto, a abordagem policial militar é estereotipada, possui atitudes de preconceito racial e discriminação, pois, a ação policial está baseada na aparência física das pessoas, na cor da pele, na tatuagem, na condição social desfavorável, no lugar, sobretudo nos bairros de periferia, onde a identificação dos suspeitos é feita pelo tirocínio policial. Tecnicamente, uma abordagem policial é legitimada pelas leis, daí, não pode ser considerada arbitrária, tampouco, um caso de discriminação racial ou social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 9 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

AZKOUL, Marco Antônio. **A polícia e sua função constitucional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70 Lda., 2010.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. 198 fls. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Psicologia. Rio de Janeiro, 2005.

BONI, Márcio Luis. Cidadania e poder de polícia na Abordagem Policial. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VII, Nº 9 - Dezembro 2006. Disponível em: <<http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Discute/MarcioBoni.pdf>> Acesso em: 10/ 09/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1988.

ELIAS, Norbert. **Formação do estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FRANCO, Maria Laura Publisi. Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.